

Aumento das mensalidades será de 50%

Os sindicatos dos estabelecimentos particulares de ensino do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e São Gonçalo vão recomendar aos donos de escolas que não ultrapassem o índice de aumento de 50 por cento sobre o valor legal da mensalidade de dezembro na fixação das matrículas para o próximo ano letivo. No caso dos colégios que tiveram aprovados seus pedidos de correção de defasagem pelo Conselho Estadual de Educação, o valor deverá ser o equivalente a um sexto da semestralidade.

Essas recomendações fazem parte do acordo firmado ontem na audiência pública entre o Curador de Justiça dos Consumidores, Hélio Gama, os representantes dos sindicatos dos estabelecimentos particulares de ensino e das associações de pais de alunos. Depois de quatro horas e meia de discussões, os participantes não chegaram a um acordo sobre o aumento das mensalidades, devido à indefinição do Governo sobre os procedimentos para as cobranças.

— Até que saia uma determinação oficial nós continuaremos enfrentando aumentos de 75 a 300 por cento. O problema é que os sindicatos têm acesso a Brasília e os pais não têm acesso nem à escola. Os proprietários querem mostrar que só eles so-

frem com a inflação. Será que a nossa situação não é levada em conta?

— reclamou a Presidente da Associação de Pais de Alunos de Escolas Particulares do Município do Rio, Carmelena Pereira.

O advogado do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Rio, Heraldo Daer, esclareceu que nos colégios onde as matrículas já foram efetuadas, a situação não se modificará.

Sobre as denúncias de aumentos acima da lei, o advogado disse que o Sindicato não tem poder de polícia, nem vem orientando para cobranças exageradas. Explicou que a entidade apenas observa e interpreta a legislação, lembrando que o próprio MEC constatou aumentos de custos acima dos reajustes autorizados.

Para o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado, Plínio Bittencourt, se a escola cobrou 300 por cento, terá que assumir esse índice.

O Presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, padre Viveiros de Castro, disse que o problema é complexo porque o Governo ainda não fixou os critérios para a cobrança da próxima semestralidade.